



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ELIANA PEDROSA

E I D O
 Em 24 / 06 / 05
Elia

PROJETO DE LEI Nº PL 905/2008

Assessoria de Plenário

Ao Protocolo Legislativo para registro, em
 seguida à CES e CCI.
 Em, 25 / 06 / 05

(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)

Em 24 / 06 / 05
Elia

Assessoria de Planejamento e Distribuição

Elia
 Eliana Pedrosa Lima
 Chefe da Assessoria
 Matr.: 10694-34

Institui a Semana Distrital de Prevenção da
 Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS
 - e das Demais Doenças Sexualmente
 Transmissíveis.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Distrital de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS - e das Demais Doenças Sexualmente Transmissíveis, cuja programação de atividades incluirá ações a serem desenvolvidas nos estabelecimentos públicos de ensino e de saúde, nas repartições públicas, nas penitenciárias e em locais indicados pelas autoridades sanitárias competentes.

Parágrafo único - A programação terá suas ações voltadas prioritariamente para localidades consideradas de maior risco.

Art. 2º - Serão abordados, no decorrer da semana, os seguintes temas referentes à AIDS e às demais doenças sexualmente transmissíveis:

- I - descrição do HIV e da AIDS;
- II - formas de transmissão do HIV;
- III - sinais e sintomas;
- IV - medidas preventivas da AIDS;
- V - aspectos histórico-sócio-culturais da AIDS;

Elia

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PL Nº 905 / 08
 Fis. Nº 01 *Elia*

ASSASSORIA DE PLENARIO
 24/06/08
 M 131437



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ELIANA PEDROSA**

VI - legislação e recursos assistenciais, governamentais ou não governamentais, no combate à AIDS.

§ 1º - O desenvolvimento dos temas enumerados neste artigo será orientado no sentido de combater a discriminação ao portador do vírus da AIDS.

§ 2º No decorrer da semana Distrital de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS - e das Demais Doenças Sexualmente Transmissíveis serão realizados teste rápidos para detecção de anticorpos HIV - 1/2;

§ 3º Os testes deverão ser feitos por meio de método que permita o acesso à testagem em ambientes fixos ou móvel, médico-hospitalares ou não, objetivando melhor eficácia no atendimento da população, mesmo em locais de difícil acesso.

§ 4º Os testes deverão ser feitos por metodologia que permita à pessoa testada na rede de saúde do Governo do Distrito Federal, obter nesse ato seu resultado preliminar.

§ 5º Os testes deverão ser feitos de forma não invasiva eliminando-se, assim, todo e qualquer risco de contaminação por material infectante.

Art. 3º - Na semana Distrital de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS - e das Demais Doenças Sexualmente Transmissíveis deverá ser realizada campanha constando, dentre outras atividades:

I - promoção de palestras e debates;

II - divulgação educativa por meio da imprensa;

III - divulgação educativa na contracapa dos livros didáticos indicados para alunos do 1º e 2º graus;

IV - confecção e distribuição de impressos relacionados com o objetivo da campanha;

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 305 / 08
Fis. Nº 02 Parale



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ELIANA PEDROSA**

V - exibição de filmes, realização de debates e apresentação de depoimentos;

VI - distribuição gratuita de preservativos e outros insumos indispensáveis à prevenção de danos causados pelo uso abusivo de álcool e outras drogas, em consonância com a política de redução de danos do Ministério da Saúde, a ser feita por profissionais treinados e vinculados ao serviço público;

VII - orientação às famílias de pessoas contaminadas;

VIII - orientação às gestantes portadoras do vírus da AIDS e de outras doenças Sexualmente transmissíveis.

Art.4º O Poder Executivo poderá criar comissão multidisciplinar de trabalho constituída por representantes das áreas social, de saúde e de educação, bem como representantes de entidades que atuam na prevenção e no tratamento da AIDS e demais doenças sexualmente transmissíveis, legalmente constituídas e reconhecidas pelo órgão competente de saúde no Distrito Federal, com a atribuição de definir os parâmetros para implementação das medidas definidas nesta Lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado, no âmbito de sua competência no Sistema Único de Saúde – SUS, a:

I - criar, nas Regiões Administrativas onde existam diretorias regionais de saúde, centros de referência destinados à implementação de medidas profiláticas e diagnósticas para o controle das doenças de que trata esta Lei;

II - promover intercâmbio com entidades não governamentais prestadoras de serviço aos portadores das doenças de que trata esta Lei;

III - encaminhar os familiares dos portadores do vírus da AIDS aos centros diagnósticos e prestar-lhes acompanhamento;

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 905 / 08
Fis. Nº 03 Paulo



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ELIANA PEDROSA**

IV - encaminhar as gestantes portadoras do vírus da AIDS aos serviços de pré-natal e aos hospitais, para assistência ao parto;

V- encaminhar os filhos recém-nascidos de mães portadoras do vírus da AIDS para atendimento especializado;

VI – iniciar campanha para a incorporação de testagem rápida de HIV em hospitais, clínicas e outras unidades de saúde, como parte da rotina na bateria de testes dos pacientes desses estabelecimentos de saúde.

VII – estabelecer aconselhamento e educação sobre práticas de prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e conscientização da necessária testagem rotineira a cada seis meses para as pessoas pertencentes a grupos de comportamento de riscos;

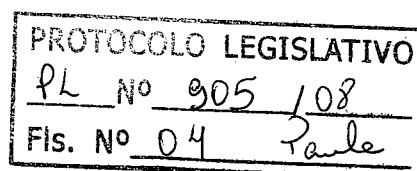
VIII – estabelecer eficácia na incorporação de testagem rápida não invasiva para HIV ½, aos pacientes potencialmente contaminantes admitidos em atendimentos de pronto-socorro, salas cirúrgicas ou qualquer outro ambiente médico hospitalar;

IX – estabelecer eficácia na incorporação mandatória de testagem rápida não invasiva, para HIV ½, às gestantes admitidas em trabalho de parto em pronto-socorro, salas cirúrgicas ou outro ambiente médico-hospitalar;

X – estabelecer eficácia na incorporação mandatória de testagem rápida não invasiva para HIV ½, aos detentos que derem entrada nas delegacias e presídios do Distrito Federal.

Art. 6º A Semana Distrital de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS - e das Demais Doenças Sexualmente Transmissíveis de que trata o art. 1º desta Lei será realizada anualmente no decorrer da terceira semana de setembro.

Parágrafo único - Nessa data, as repartições públicas promoverão eventos voltados para a conscientização sobre a AIDS e as demais doenças sexualmente transmissíveis.





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ELIANA PEDROSA**

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as leis nº lei nº 1.302, de 16 de dezembro de 1996 e nº 1.737, de 27 de outubro de 1997.

JUSTIFICAÇÃO

A epidemia da AIDS continua crescendo no mundo, tirando a vida de homens, mulheres e crianças. O Brasil é o segundo país do mundo em número de mortes causadas pela doença.

Outro aspecto que difere a AIDS das demais doenças - além de ser considerada cientificamente incurável - é o fato de estar associada a temas cercados de preconceitos e tabus: sexo e morte. A doença é vinculada a setores estigmatizados da sociedade: os homossexuais, os dependentes de drogas e as prostitutas.

A AIDS é uma doença que não tem cura, mas hoje seu tratamento conta com medicamentos que proporcionam uma boa qualidade de vida ao paciente. Além dos cuidados nas transfusões de sangue, da distribuição de preservativos e de outras medidas, a forma mais eficaz de conter o avanço da epidemia, de garantir tratamento digno para os infectados e de atender os chamados grupos de comportamento de risco sem preconceito, é implantar programas de amplo esclarecimento sobre a AIDS, suas causas e conseqüências.

A proposta de criar a Semana Distrital de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS - e das Demais Doenças Sexualmente Transmissíveis é importante porque poderão ser usadas outras estratégias para chegar até a população, além do que já é feito durante todo o ano. Nessa semana, também, será colocada em prática políticas agressivas de prevenção e de testagem de rotina que se estenderão durante todo o ano nos ambientes médicos hospitalares. A AIDS é uma epidemia, porém no Brasil, em particular no Distrito Federal, está sendo mantida sob controle. Contudo, é importante informar e educar cada vez mais a população, facilitar o acesso dessa população aos exames e ao diagnóstico rápido, seguro e gratuito, uma vez que, comprovadamente, 30% da população testada para HIV 1/2, por métodos tradicionais, não recebem o diagnóstico final. É importante, também, destacar, que uma vez que o diagnóstico seja

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 905 / 08
Fis. Nº 05 Paula



PAULA



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ELIANA PEDROSA**

feito em estágios iniciais da infecção causada por HIV, o paciente poderá desenvolver qualidade de vida satisfatória e na maioria das vezes, não será afastado do seu contexto social. Além do aspecto do conforto do paciente, o diagnóstico precoce possibilita o início do tratamento e conscientização do paciente sobre o perigo de contaminação de novas pessoas. Esta medida evita o aumento de novos casos e proliferação da doença.

A instituição da Semana Distrital de Prevenção da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS - e das Demais Doenças Sexualmente Transmissíveis busca focar principalmente a prevenção e o diagnóstico precoce de rotina.

Diante do exposto, aguardo a aprovação desta proposição pelos nobres Deputados.

Sala das Sessões,



Deputada ELIANA PEDROSA

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PL Nº 305 / 08
Fis. Nº 06 <i>Paula</i>